



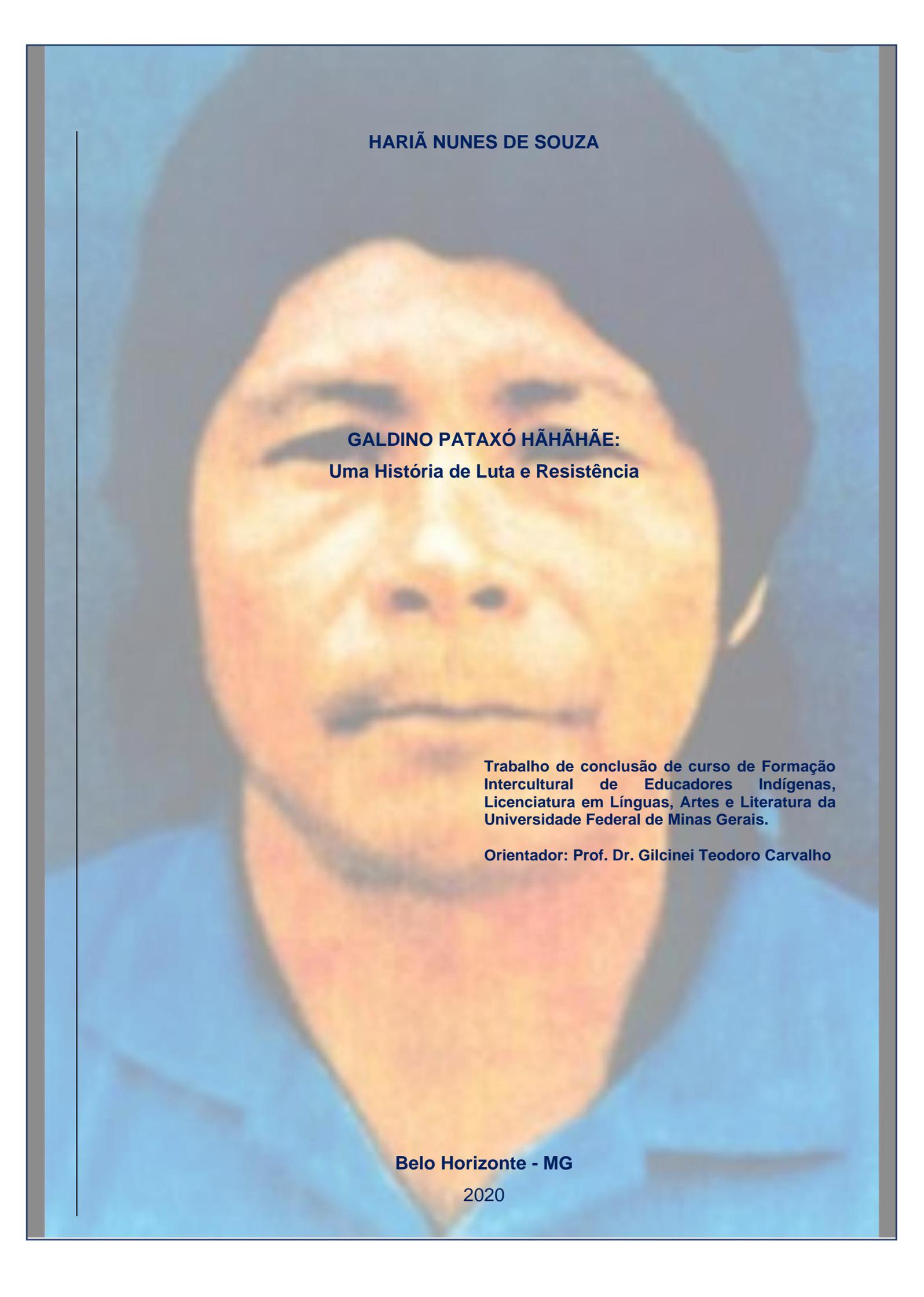
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
FORMAÇÃO INTERCULTURAL PARA EDUCADORES INDÍGENAS – FIEI
HABILITAÇÃO EM LÍNGUAS, ARTES E LITERATURA.**

HARIÃ NUNES DE SOUZA

**GALDINO PATAXÓ HÃHÃHÃE:
Uma História de Luta e Resistência**

Belo Horizonte - MG

2020

A portrait of Hariã Nunes de Souza, a woman with dark hair, wearing a blue shirt, looking directly at the camera. The background is a solid blue color.

HARIÃ NUNES DE SOUZA

**GALDINO PATAXÓ HÃHÃHÃE:
Uma História de Luta e Resistência**

Trabalho de conclusão de curso de Formação Intercultural de Educadores Indígenas, Licenciatura em Línguas, Artes e Literatura da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Prof. Dr. Gilcinei Teodoro Carvalho

Belo Horizonte - MG

2020

RESUMO

Neste trabalho, apresento a história de vida do grande líder do povo Pataxó Hãhãhãe Galdino Jesus dos Santos. Por vários anos, se dedicou à luta pela demarcação e julgamento do território de sua aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu, localizada no sul da Bahia, entre os municípios de Pau Brasil, Itajú do Colônia e Camacã. Galdino teve grande destaque e respeito de todos aqueles que o conhecia e se tornou liderança por ter algumas características que só um verdadeiro líder tem ou ganha ao longo dos anos, como por exemplo, seu modo de saber aconselhar e buscar o melhor caminho para mediar e resolver as necessidades não só de sua família, mas também de toda a comunidade. O registro da história de vida de Galdino foi desenvolvido através de fotografias, entrevistas, conversas com familiares e pessoas que conheceram e conviveram com ele, principalmente aqueles que acompanharam a sua última viagem a Brasília. A história de vida aqui contada nesta pesquisa inclui muitas lembranças de seus familiares, remetendo-as ao passado e revivendo memórias que levam a emoção e gratidão por tudo que ele fez por todos da comunidade, já que ele morreu pela causa territorial e, graças à sua luta, hoje o território está homologado, demarcado, julgado e registrado em cartório em nome do povo Pataxó Hãhãhãe.

Palavras-chave: Galdino Pataxó Hãhãhãe; Aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu; Memória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por sempre me iluminar e levar aos caminhos do bem e sempre guiar-me nos momentos difíceis da vida. Agradeço a todos meus familiares e amigos; agradeço aos meus pais Wilson Jesus de Souza e Sebastiana Nunes Ribeiro de Souza, por sempre me incentivar para seguir os melhores caminhos da dignidade e honestidade, pelo carinho, o amor e dedicação. Agradeço também a meu tio Edilson Jesus de Souza, pela força e incentivo a não desistir dos meus objetivos bem como ter me ajudado na pesquisa. Agradeço em especial a minha tia Marilene Jesus a (Sí), pelas entrevistas, por sempre me ouvir e falar, mesmo fora dos horários estava sempre à disposição para falar sobre a família mesmo que isso provocasse emoção pelas lembranças trazidas com as palavras; agradeço a minha avó Maria Dos Ramos (Dú), também pelas entrevistas, por ser uma das irmãs de Galdino se emocionava ao falar do irmão, dos pais e das jornadas duras que passaram. Agradeço imensamente a todos meus amigos Hãhãhãe: Hadisson, Daniela, Nara, Laudiceia, Reginaldo cacique, Edmar, Amagilda, Ivanilda, Sara, todos vocês por sempre estarem comigo tanto na longa viagem da aldeia para a universidade quanto lá, agradeço também meus colegas da turma LAL e todos os colegas do FIEI por serem minha família em Belo Horizonte e na universidade.

Agradecer o meu orientador, o professor Gilcinei Teodoro Carvalho pelo incentivo e orientação na elaboração deste trabalho; agradecimento e gratidão eterna a todos os professores do FIEI que fizeram parte da minha vida acadêmica: a professora e coordenadora da Habilitação Línguas, Artes e Literatura, professora Maria Gorete Neto, e a todos os professores que passaram por nossa turma, sempre nos ensinando com toda paciência e dedicação.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Acervo Pessoal | 13 |
| Figura 2 - Mapa retirado do Google Maps em 20/05/2020 | 14 |
| Figura 3 - Acervo Pessoal | 16 |
| Figura 4 - Acervo Pessoal | 20 |
| Figura 5 – Wikipédia..... | 26 |
| Figura 6 – Wikipédia..... | 27 |
| Figura 7 - Antônio Novély Cardoso Vilanova deixa o camburão, em 7 de novembro de 2001 | 31 |
| Figura 8 - Thomáz Oliveira de Almeida e Antônio Novély Cardoso Vilanova, dois dos quatro condenados pelo assassinato do Galdino Jesus dos Santos..... | 31 |
| Figura 9 - Eron Chaves de Oliveira, um dos cinco condenados pela morte do índio Galdino..... | 32 |
| Figura 10 - Max Rogério Alves, um dos cinco condenados pela morte do índio Galdino..... | 33 |
| Figura 11 - Fotografia do índio Galdino Jesus dos Santos é vista durante protesto contra a impunidade realizado por indígenas na Esplanada dos Ministérios, em 19 de abril de 2001..... | 35 |
| Figura 12 - Em 8/11/2001, a índia pataxó Marilene Jesus dos Santos chora ao mostrar fotos do laudo de seu irmão, Galdino, durante protesto no terceiro dia do julgamento dos acusados do assassinato | 35 |
| Figura 13 - Acervo Pessoal | 43 |
| Figura 14 - Acervo Pessoal | 44 |
| Figura 15 - Acervo Pessoal | 44 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. APRESENTAÇÃO | 7 |
| 2. INTRODUÇÃO | 8 |
| 3. A PESQUISA | 9 |
| 4. Vida de Galdino | 10 |
| 4.1 Nascimento | 10 |
| 4.2 Infância e juventude | 15 |
| 4.3 Tempo fora da aldeia | 19 |
| 4.4 Família | 21 |
| 4.5 Liderança indígena | 22 |
| 4.6 Viagem a Brasília e o assassinato | 23 |
| 4.7 Repercussão da morte de Galdino | 25 |
| 5. REFERÊNCIAS | 45 |

1. APRESENTAÇÃO

Sou Harian Nunes de Souza, tenho atualmente 32 anos, sou pertencente ao povo Pataxó Hãhãhãe da etnia Kiriri Sapuyá, moro na aldeia indígena Caramuru Catarina Paraguaçu. Sou professor no colégio sede da aldeia desde 2010.

Sempre morei na aldeia em que nasci e cresci ouvindo a história de lutas do povo Pataxó Hãhãhãe, especialmente tomando conhecimento sobre o quanto as grandes lideranças sofreram pela demarcação do território. Muitas delas até perderam a vida nessas lutas. Uma delas foi a liderança Galdino Jesus dos Santos, foi assassinado defendendo o direito de seu povo e também outros povos. Sou seu sobrinho de segundo grau, e me senti motivado a fazer esta pesquisa não pelo fato de ele ser meu tio, mas sim para manter viva sua história de vida: um pai de família, um membro da comunidade, mas especialmente uma liderança que deixou um legado de perseverança e dignidade para todos nós, além de um caráter admirador e um espírito de guerreiro que teve. Morreu lutando pela terra e pelo seu povo. Hoje o território está demarcado e registrado em cartório e essa conquista deve-se às lutas dessas grandes lideranças. Neste trabalho quero deixar registrado pelo menos uma parte da vida de uma dessas lideranças para conhecimento de todas as gerações da comunidade, mostrando nesse registro um pouco da história de vida de Galdino para que sua memória não caia no esquecimento e seu espírito de guerreiro permaneça entre a nova geração, e assim, possamos vencer as novas lutas que sempre estarão por vir e nos desafiar diariamente.

2. INTRODUÇÃO

Este trabalho vem contemplar a memória do grande líder Galdino Pataxó Hãhãhãe. Neste trabalho irei abordar uma parte de sua vida, tanto como liderança quanto membro da comunidade no seu convívio familiar. Sua vida foi marcada por diversas lutas seja em prol da família seja na luta pelos direitos da comunidade, sempre buscando ajudar na conquista da terra e na manutenção da cultura e tradições do Povo Hãhãhãe.

Ao longo dos tempos, os jovens da comunidade Pataxó Hãhãhãe estão esquecendo o valor das lutas de muitas lideranças que morreram em prol da conquista do território em que moram e também em favor de direitos já conquistados nos dias de hoje. Muitos desses jovens desconhecem essas lideranças que marcaram a história da comunidade.

Galdino foi uma dessas grandes lideranças que morreu lutando por dias melhores para seu povo. Assim como ele, muitas morreram e foram assassinadas de formas brutais. Na maioria dos casos, essas mortes não tiveram investigação nem tampouco feito a devida justiça, o que significou que essas histórias de vida caíram no esquecimento.

Com este trabalho, portanto, desejo resgatar um pouco da memória de Galdino, de sua luta, de sua vida em comunidade e mostrar sua importância não só para a comunidade indígena Pataxó Hãhãhãe, mas também para toda a sociedade e demais povos, deixando para os jovens da aldeia e demais povos e sociedade, seu legado de luta e de mobilização.

Muitos dos indivíduos de hoje não tiveram a oportunidade de conhecer de forma física a pessoa do Galdino. Ao realizar esta pesquisa, pretendo dar visibilidade a sua trajetória de vida, buscando mostrar sua vivência e lutas, e assim levar todo o povo a valorizar não só a luta e resistência do Galdino, mas sim de todas as grandes lideranças que hoje não estão mais de forma física entre o povo da comunidade.

Pretendo com este trabalho apresentar uma biografia sobre Galdino.

3. A PESQUISA

Este trabalho foi realizado em diferentes etapas:

Foi traçado um roteiro, consultei aos entrevistados referentes ao tempo disponível, fiz toda preparação das perguntas e fui a campo para realização das entrevistas. Fiz uso de material tecnológico audiovisual e de gravação. Após preparação das perguntas e material audiovisual, fui a campo realizar as entrevistas com membros da família tais como: irmãs, sobrinhos (as) entre outros familiares, também membros da comunidade, lideranças, pessoas de diversas entidades indígenas, seja as que o acompanharam em sua ida à Brasília e as que frequentavam a aldeia a exemplo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Fundação Nacional do Índio (Funai), pessoas presentes no dia do assassinato de Galdino.

Fiz as transcrições das entrevistas e formatação do texto.

Fiz também leitura, entre outras pesquisas já finalizadas, do trabalho de pesquisa de Edilson Jesus de Souza sobre a família do Galdino. Essas pesquisas me ajudaram a entender um pouco o funcionamento das pesquisas acadêmicas para assim contribuir no meu trabalho acadêmico.

Pesquisei em jornais, notícias e reportagens que registraram o fato ocorrido na época bem como pesquisa documental, como a carteira de trabalho, para posterior verificação de dados trabalhistas bem com sua data de nascimento.

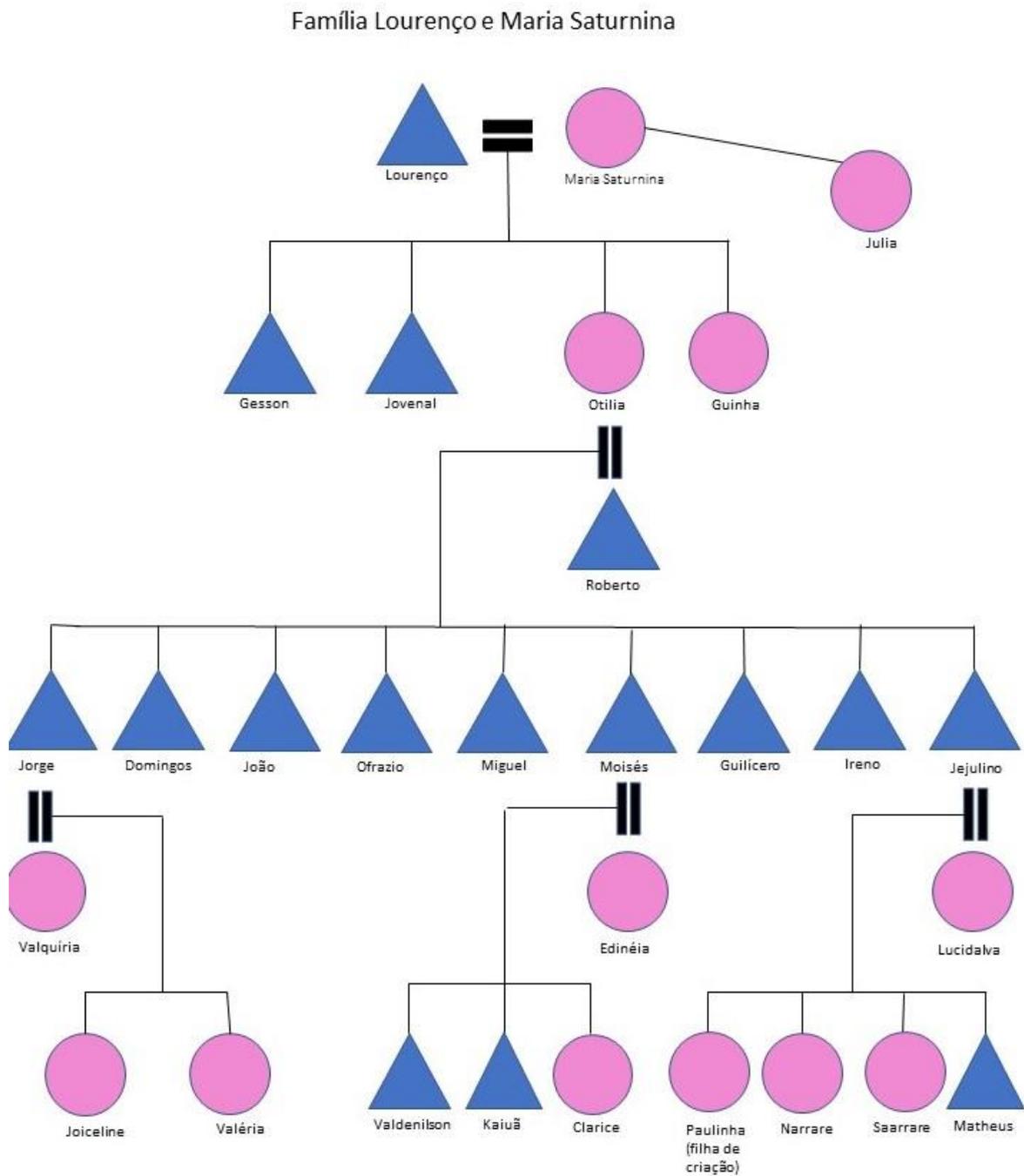
Ao final desta pesquisa fiz uma biografia que servirá de base para material de pesquisa escolar e não escolar, além de manter a memória de Galdino sempre viva.

Espero fazer circular este trabalho não só dentro da comunidade, mas sim para todo o público que se interessar em saber um pouco mais sobre a vida de Galdino.

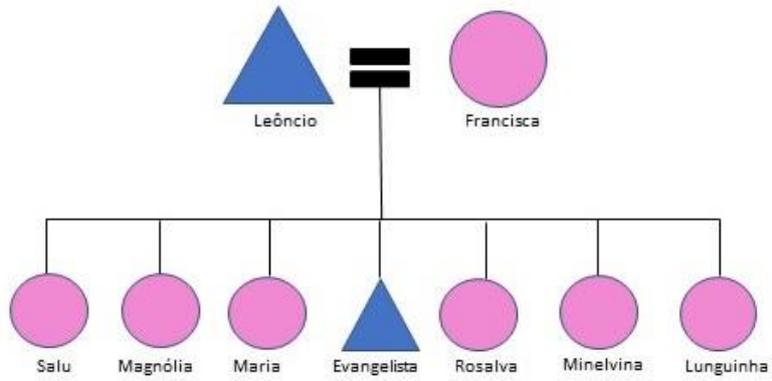
4. Vida de Galdino

4.1 Nascimento

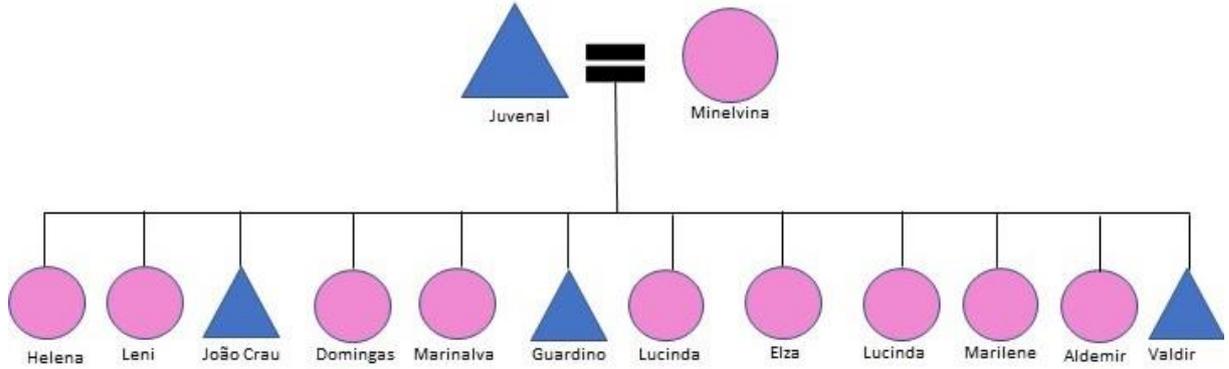
Aqui vemos uma parte da árvore genealógica da família de Galdino.

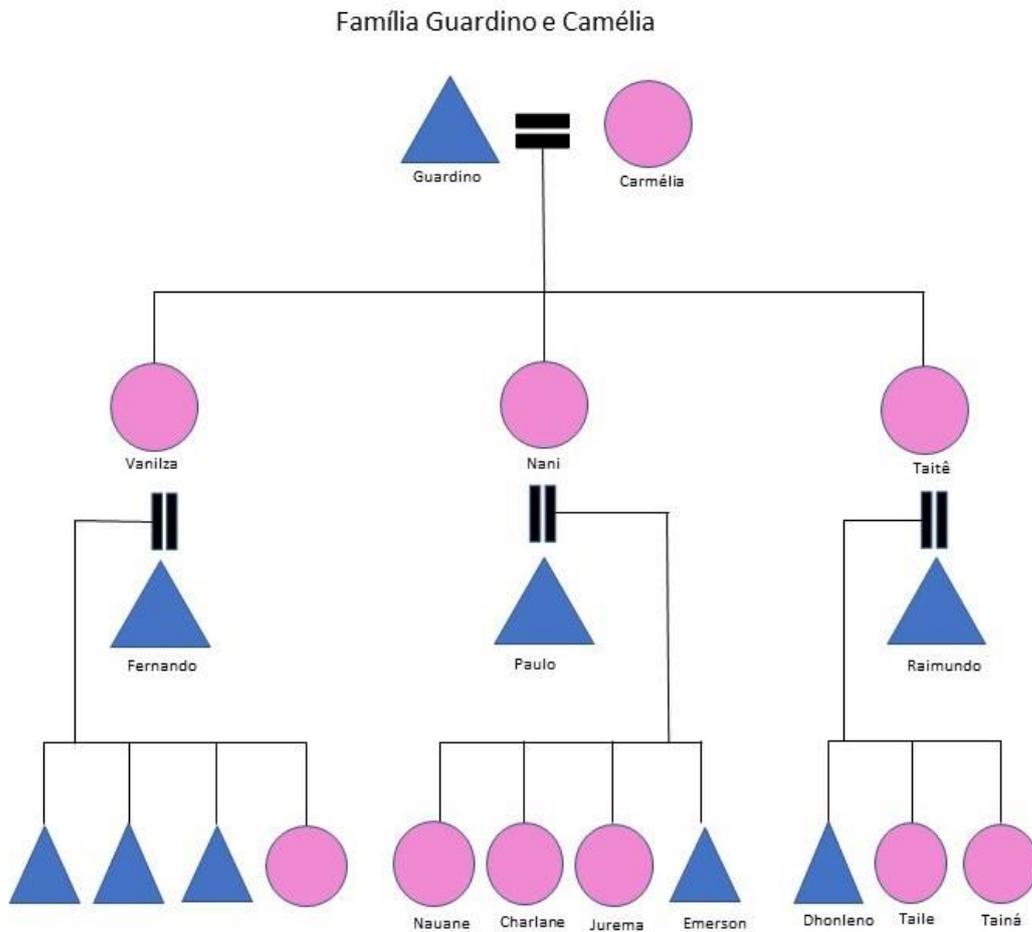


Família Leôncio e Francisca



Família Juvenal e Minelvina





Esse esboço de árvore genealógica foi feita por membros da família para posterior conhecimento de todos nós familiares e assim traçar uma parte da trajetória genealógica da família, nela foi preservada os nomes como são conhecidos e falados os nomes dessas pessoas dentro da aldeia, assim Guardino como era chamado e conhecido por todos aparece no texto com seu nome social Galdino, Minelvina como era chamada por todos aparece no texto como Minervina, e assim acontece com os demais membros da árvore.

Galdino Jesus dos Santos foi um líder indígena da etnia Pataxó Hãhãhãe, nascido em 26 de agosto de 1952, na região do Toucinho, localizada dentro do território Indígena Caramuru.



Figura 1 - Acervo Pessoal

Filho de Minervina Maria de Jesus e Juvenal Rodrigues dos Santos, Galdino foi o terceiro filho a nascer dentre 21 que seus pais tiveram. Devido às grandes dificuldades encontradas na época, muitos deles morreram logo após o nascimento ou morreram tempos depois, vítimas das doenças ou falta de cuidados pós nascimento. Nessa época, a taxa de mortalidade infantil era grande, devido à falta de hospitais próximos e a precária assistência médica que existia dentro da aldeia, muitos recém-nascidos morriam de doenças nos primeiros dias ou meses de vida.

A Funai, antes e até os dias atuais, não prestava serviços médicos nem oferecia transporte para hospitais da região por não ter estrutura para tais situações. Com todas essas condições de vida, apenas 12 filhos juntamente com Galdino conseguiram chegar à fase adulta, 3 homens e 9 mulheres, Galdino Jesus dos Santos, Valdir dos Santos, Joao Paixão Jesus dos Santos, Marilene Jesus dos

Santos, Maria dos Ramos de Jesus, Helena Rodrigues de Jesus, Audenir Rodrigues dos Santos, Lenir Rodrigues dos Santos, Elza Maria de Jesus, Marinalva Jesus dos Santos, Dominga Rodrigues dos Santos e Maria Lucia Jesus dos Santos.

Galdino Jesus dos Santos pertencente ao povo Pataxó Hãhãhãe.

O povo Pataxó Hãhãhãe localiza-se no sul do estado da Bahia.



Figura 2 - Mapa retirado do Google Maps em 20/05/2020

Atualmente conta com mais de 3 mil indígenas vivendo em um território de 54 mil e 100 hectares, entre os municípios de Pau Brasil, Camacan e Itajú do Colônia. É um povo formado por diversas etnias, dentre elas estão: Kiriri Sapuyá a qual Galdino era pertencente, Baenã, Kamakã, Tupinambá, são as etnias com maior número de pertencentes. Existem aquelas etnias com menor número de pessoas, tais como os Gueren e Guaranis.

O povo indígena Pataxó HãHãHãe se constituiu nos anos de 1926, quando o Ministério da Guerra encaminhou a demarcação dos 36 mil hectares de terra para usufruto daqueles indígenas que até então viviam dispersos numa área de mata considerada por esses índios como área de muita caça (área de refúgio), apesar de os mesmos serem perseguidos por fazendeiros daquela época. Costumavam se organizar nas margens dos rios de Contas, Pardo e Colônia, Una, Jequitinhonha,

Peruípe, e na região de Ilhéus, até porque viviam de caça e pesca e também por serem originários de tais regiões, desde a era da invasão do Brasil em 1500.

A história do povo Hãhãhãe é marcada por lutas e resistências. Começou quando todos esses povos viviam espalhados em diferentes regiões do estado da Bahia. Os Baenãs viviam tradicionalmente nas florestas próximas dos rios Cachoeira, Pardo e Gongogy, os Kamakãs viviam nas fazendas São Paulo e Alcantara em Ferradas e Catolezinho, já os Kiriri Sapuyá viviam em Pedra Branca e fazenda São Bento, os Tupinambás viviam em Olivença, ainda existe um número grande de índios vivendo nessa localidade e também na Serra do Padeiro município de Buerarema. Esses lugares ocupados tradicionalmente por esses povos foram declarados extintos pelo governo do estado da Bahia, e esses indígenas foram expulsos de suas terras de origem. Com isso foram obrigados a juntar-se com outras etnias em uma localidade com área de 50 léguas que, em 1926, foi demarcada como Aldeia Indígena Caramuru Paraguaçu.

4.2 Infância e juventude

Os pais de Galdino passaram por momentos difíceis para criar seus filhos, principalmente por conta da situação da terra, que a todo instante era ameaçada de invasão pelos fazendeiros e constantes assassinatos de membros da comunidade e de lideranças indígenas. Minervina, mãe de Galdino, foi doméstica e Juvenal, seu pai, foi agricultor. De seus filhos, três foram lideranças da comunidade: João Paixão dos Santos foi cacique; Marilene Jesus dos Santos foi vice-cacique e liderança, além de Galdino Jesus dos Santos que também foi liderança. Foi com esse clima de insegurança e grandes dificuldades que Minervina e Juvenal criaram seus filhos. A participação do casal como pai e mãe foi exemplo para a família e comunidade. Sempre juntos nas lutas do dia a dia, além da defesa de seu território. Nessa lida diária pela sobrevivência, a vida do casal foi marcada por acontecimentos importantes, tanto na luta pela terra quanto no eixo familiar, pois, na luta territorial, teve grandes perdas, algumas delas parentes próximos, dentre eles estavam 2 filhos: João Paixão dos Santos, o “João Cravinho” que foi assassinado 15 de novembro de 1988 a mando de fazendeiros por ser uma das lideranças à frente da

luta pela terra e o Galdino, queimado vivo em Brasília, lideranças envolvidas diretamente no movimento e luta pelo território.

A vida de Galdino enquanto pessoa foi marcada por diferentes situações. Na infância, desde muito cedo, teve que vivenciar juntamente com seus pais, a luta e manutenção do território, justamente numa época em que a convivência entre indígenas e fazendeiros era cheia de violência e ameaças. Com o passar dos anos, Galdino foi crescendo juntamente com seus irmãos, sem a devida assistência à saúde dos indígenas. Aos sete anos de idade, adquiriu algumas doenças, entre elas a que mais lhe trouxe complicações, a anemia. Sem o devido tratamento, logo passou a se tornar anemia profunda. Como na época ainda não existiam na aldeia e nem na cidade tratamentos adequados a essas e outras doenças, seus pais usaram seus conhecimentos tradicionais para lidar com a situação, baseando-se na medicina tradicional indígena, já que eram profundos conhecedores dessa medicina, além do conhecimento espiritual. Por conta dessa doença, Galdino ficou em uma espécie de coma profundo em sua casa, paralisado, sem alguns movimentos, levando seus pais a acharem que ele poderia estar morto. Após alguns dias de



Figura 3 - Acervo Pessoal

tratamento e cuidados intensivos, ao longo dos dias com uso de remédios caseiros feito pelos pais, ele foi recuperando a consciência e seus movimentos. Assim, com o passar dos dias teve sua recuperação.

Desde muito cedo, ele e os demais irmãos não tiveram infância como as crianças de hoje; não tinham tempo para brincar nem tampouco o que brincar. Sem tempo nem brinquedos, o pouco tempo que tinham gostavam de brincar com cavalo de pau e pinhão, fazia para ele e os irmãos brincarem também, até mesmo depois já bem crescido continuavam a brincar com esses brinquedos produzidos por ele, gostava de caçar próximo da mata de sua casa e nas roças dos parentes, caçando pássaros com arapucas que ele mesmo fazia. Esse era um de seus principais passatempos, além de pescar nas lagoas e rios da localidade. À noite, como não havia energia, as casas eram iluminadas a base de candeeiros e “faxos”, uma

espécie de luminária feita de pequenos pedaços de madeira e pano molhadas com óleo diesel ou óleo queimado. Assim, as noites tinham muitas histórias contadas por seus pais. Muitas vezes essas noites serviam também para preparar os alimentos colhidos durante o dia, como “debuir” o feijão, descascar o milho, na raspagem da mandioca para fazer a farinha no dia seguinte. Nessas ocasiões falavam também sobre momentos vividos por eles em suas vidas, além de histórias míticas sobre lobisomem, caças, pescas. Assim eram as noites de Galdino e sua família até a hora de dormir. No dia seguinte, bem cedo, já estavam de pé para mais um dia de lida nos trabalhos na roça. Fazia trabalhos mais leves, como colheita, limpa dos plantios e molhar as plantas, quando não ia para a roça cuidava dos irmãos mais novos em casa. Sua infância, assim como a das demais crianças na comunidade, naquele momento histórico, foi bastante sofrida e marcada pelas tensões que envolviam o reconhecimento do espaço territorial do povo. Desde muito cedo, teve que ajudar seus pais já que viviam exclusivamente da agricultura, assim como todos os membros da comunidade e, nos trabalhos interno e externo, principalmente nas viagens, ele se destacava.

Aos 30 se tornou liderança representando muito bem o nosso povo. Por todas essas qualidades, todos faziam questão de sua presença, tendo-o como exemplo para a comunidade. Com espírito de humildade, tudo que plantava em sua roça era dividido com o povo que mais precisava. Mesmo com essa humildade e timidez, muitas vezes era um dos líderes incentivadores da coletividade, buscando promover a comercialização dos produtos agrícolas cultivados da aldeia na cidade mais próxima da comunidade, Pau Brasil.

Com essas inúmeras e importantes tarefas, Galdino fez parte de uma geração que não tinha tempo para estudar. As poucas aulas que teve foi no antigo programa de alfabetização de adultos desenvolvido nos anos de 1970, Mobral, em casa, em alguns momentos da noite, pois na época não existia escolas disponíveis dentro da comunidade. Aprendeu pouco, apenas assinar o nome e a soletrar algumas palavras. Com dificuldades em seguir, desistiu de continuar estudando, pois ainda não existia na aldeia escola e nem professores disponíveis. As únicas escolas existentes na época localizavam-se na cidade de Pau Brasil, município próximo à aldeia. A inexistência de transporte e o medo da insegurança contribuíram para que Galdino e muitas outras crianças nunca tivessem frequentado a escola e nem ter seus momentos de brincadeiras como toda criança deveria ter. Ajudava a cuidar de

seus irmãos (as), ia para mata cortar lenha, na época da colheita ajudava seus pais no transporte dos alimentos colhidos. Desde criança, sempre foi referência para seus irmãos, no que tange à força e à determinação de viver, de não se entregar à doença que adquiriu, além do cuidado e respeito com seus irmãos e pais.

Com passar dos anos, Galdino foi crescendo juntamente com seus irmãos, assim como as famílias da aldeia também. Portanto, houve a demanda pela ampliação e manutenção da terra indígena que, em 1926, havia sido demarcada como Aldeia Caramuru Paraguaçu.

O governo, nos anos de 1860, começou a expandir as lavouras de cacau na região e tinha interesses sobre aquelas terras consideradas “devolutas” em áreas produtoras. O projeto do Estado era estimular a transferência considerável de pessoas, transformando-as em imigrantes/desbravadores dos sertões, desmatando as áreas nativas para produzir cacau e roças de subsistência. Tais indivíduos e grupos de colonos eram oriundos da decadente área canavieira. Essa expansão desordenada implicou na desestruturação, em especial, sobre os territórios originários indígenas, que até então ofereciam menor resistência a esse movimento de “interiorização do progresso”. A questão passou a ter maiores dimensões à medida que o plantio de cacau se expandiu e os conflitos entre indígenas e fazendeiros e seus exércitos de pistoleiros se tornaram constantes a partir do momento em que os grupos de indígenas Kamakam-mongoios e Pataxó não aceitavam a apropriação do seu lugar de origem e o desmatamento para as grandes lavouras de cacau. Com o crescimento ordinário de conflitos entre indígenas e fazendeiros, o governo do estado da Bahia se sentiu pressionado internamente por setores progressistas, tendo que se posicionar oficialmente sobre a questão através do decreto de Lei nº 1.916 de 11 de agosto de 1926. A referida Lei estabelece que: Cinquenta léguas quadradas de terras em florestas gerais e acatingadas, destinadas à conservação das essências florestais naturais e gozo dos índios, localizada entre os rios Pardo e Gongongi, afluente do rio de Contas. Os limites da reserva haviam sido definidos pelo decreto estadual de 9 de março do mesmo ano. Ações de invasões e apropriação das terras da Reserva Indígena do Sul da Bahia se multiplicaram desde sua criação, em 1926, alternando momentos de violência explícita e outras formas de litígio de menor intensidade.

Todavia, a prática de acuar os índios, confinando-os em reduzidas parcelas de terra, controlando seus movimentos, punindo qualquer ação de protesto,

desconhecendo os direitos dessas populações, foi constante. Mesmo com essa determinação legal, as ações do governo do estado da Bahia eram muito limitadas, haja vista que tinha comprometimento com os interesses anti-indígenas na defesa dos grandes proprietários de terras, fazendeiros, posseiros, entre outros grupos contrários ao povo Pataxó HãHãHãe.

A área era cercada por povoações de pescadores, pequenos comerciantes; todos querendo o direito de explorar economicamente a região, além do assédio dos coronéis de Itabuna e Ilhéus. Com todas as pressões vindas desses movimentos econômicos, houve neste período aproximadamente no ano de 1957 a 1958, a expulsão de todas as famílias indígenas da aldeia.

Essas famílias foram expulsas da aldeia devido a não aceitar vender suas terras para os fazendeiros e posseiros da região, pois a área já era destinada e ocupada pelas famílias indígena da época. Com isso, fazendeiros não aceitavam a situação de perda de terras para essas famílias e queriam de volta a qualquer custo essas terras já ocupadas pelos índios. Foi então que ofereceram dinheiro em troca da terra, ou aceitavam o proposto ou teriam de deixar o local à força ou serem mortos. Para não morrerem, todos os índios, incluído a família de Galdino, saíram da aldeia. Muitas famílias foram parar em cidades da região sul da Bahia e algumas até fora do estado, como a de Lourenço, pai de Juvenal e Leôncio pai de Minervina, avôs e pais de Galdino. Essa história de lutas pela sobrevivência e pela luta pelo direito à terra indica o clima de tensão que marca a história de vida da família de Galdino e de seu povo.

4.3 Tempo fora da aldeia

Expulsos da aldeia na região de Ilhéus, a comunidade deslocou-se em direção ao extremo sul da Bahia e foram parar no povoado de Cachoeira do Mato, antigo povoado que hoje virou um pequeno distrito nas proximidades da cidade de Teixeira de Freitas e Alcobaça, ambas localizadas no extremo sul da Bahia. Os pais e avôs de Galdino saíram à noite, nas tropas de animais com seus filhos andando por vários dias. Após dias de viagem, chegaram a esse povoado e por lá ficaram durante um período. Enquanto seus pais trabalhavam de empreitadas para fazendeiros, Galdino e seu irmão João, ainda crianças, ajudavam seus pais,

vendiam lenha para ajudar no sustento dos demais irmãos. Após algum tempo nessa região, uma de suas irmãs mais velhas conheceu um homem e acabaram se casando e foram embora para o Paraná. Após alguns meses lá, resolveram voltar para buscar toda a família, com a promessa de emprego e vida melhor para todos naquele estado. E assim foram em direção ao Paraná, numa viagem cansativa e longa de ônibus. Após a chegada ao estado, começaram a trabalhar em fazendas, fazendo carvão e nas plantações de hortaliças entre outros, sempre visando ajudar no sustento de sua família. Passaram alguns anos por lá, trabalhavam duro e diariamente, tiveram uma vida muito sofrida naquele estado, sendo perseguidos não só por serem indígenas, mas também por serem nordestinos, já que na visão dos fazendeiros paranaenses os nordestinos eram preguiçosos. Por isso, os pais de Galdino não tiveram vida fácil após a chegada. Contaram com a ajuda de alguns indígenas de lá e, aos poucos, foram ganhando confiança dos donos de fazendas da região. Assim, começaram a trabalhar nas lavouras dessas fazendas. No entanto, mesmo conseguindo alguns trabalhos, não tiveram vida fácil. Galdino e seus familiares passaram mais de 24 anos fora da aldeia, longe de sua aldeia e conseqüentemente longe de suas tradições culturais. Boa parte de seu tempo no estado do Paraná foi dedicado ao trabalho, visando sempre ajudar na criação de seus irmãos. Todos os dias se dedicava a trabalhar, mas sempre com o desejo de retornar a sua aldeia.



Figura 4 - Acervo Pessoal

Após cerca de 24 anos morando fora, Galdino resolveu voltar para a aldeia, resolveu voltar porque os indígenas que estavam nas cidades mais próximas da aldeia se organizaram e retomaram a terra de onde foram expulsos. Com isso, os conflitos entre os indígenas e os fazendeiros e a situação territorial se encontravam mais tranquilas, trazendo mais segurança para todas as famílias que desejavam retornar para aldeia. Os conflitos diminuíram e as demais famílias também estavam retornando para a aldeia. Voltou sozinho sem a família. Voltou para Bahia, para a aldeia em que nasceu e passou boa parte de sua infância. Nessa volta, nasceu o desejo e objetivo de buscar melhorias de vida para seus familiares que ficaram no Paraná. Com o passar dos meses e depois de muito trabalho, conseguiu montar uma certa estrutura de vida e conseguiu dinheiro para bancar sua ida ao Paraná além de ajudar nas passagens para ir buscar seus pais e irmãos em um curto espaço de tempo. Com a situação da aldeia melhorando e se resolvendo os termos fundiários, seu avô e lideranças o designaram a voltar ao estado do Paraná para poder avisar seus pais sobre a situação em que a aldeia se encontrava. Ele, que era uma espécie de mensageiro, levou notícias da situação da comunidade a seus pais e irmãos. Ao chegar, seus familiares sofriam muito por não poder voltar com ele para o lugar em que sempre viveram e criaram seus filhos. Mas, em um determinado momento, juntamente com sua irmã Elza e seu avô Leôncio, foi ao encontro de seus pais. No ano de 1981, ele viajou para buscá-los como havia dito a eles que voltaria assim que as condições na aldeia melhorassem e, no ano de 1982, seus familiares retornaram à aldeia em definitivo.

4.4 Família

Ao retornar do Paraná, poucos meses depois conheceu a índia Camélia, pertencente à mesma família de Galdino. Com passar dos dias foram se conhecendo e se aproximando. Com apoio dos pais de ambos, casaram-se, foram morar nas proximidades da residência de seus pais. Se dedicavam ao plantio de alimentos para venda e consumo. Tiveram 3 filhas, Taitê, Evanilza e Erlani, viveram juntos por alguns anos, mas acabaram por se separar. Após a separação, Galdino conheceu e teve outros relacionamentos, alguns nem tão duradouros, já que na tradição indígena, os casamentos podem durar anos, mas também podem acabar

repentinamente e casais casarem-se novamente com outras pessoas. Após alguns romances, foi morar com Genilza (Nil), por quem se apaixonou e conviveu por até sua morte, morreu em sua companhia, com Genilza Rosa Campos, não teve filhos, ele com 3 filhas e ela com 5 de outro casamento. Galdino ainda a ajudou a criar seus filhos ainda pequenos quando foram morar juntos, ficaram juntos por cerca de 6 anos, até que em 1997 interromperam seus sonhos de continuarem juntos por muitos anos.

4.5 Liderança indígena

Galdino sempre acompanhou a luta das grandes lideranças da aldeia. Sempre estava viajando juntamente com as lideranças. Mas, ainda não fazia parte do quadro de lideranças da aldeia. Percebendo que ali crescia um grande líder e defensor de seu povo guerreiro, o cacique Ninho, na época de seu cacicado, o convidou para ser uma de suas lideranças e da comunidade. Galdino tornou-se oficialmente liderança aos 40 anos.

Assim, poderia falar em suas andanças como liderança e representante legal do povo indígena. Passou a ganhar a confiança e respeito de todos, por ser trabalhador e sempre de pronto a ajudar a comunidade Como liderança de seu povo, sempre buscava ajudar na mediação de conflitos internos entre as famílias, era um conselheiro, buscando sempre manter a paz entre os membros da comunidade devido ao grande respeito e admiração que todos tinham para com ele. Enquanto liderança buscava sempre estar pronto para reivindicar os direitos não só de seu povo, mas também dos demais povos; ajudava os indivíduos da comunidade no mutirão, espécie de roçadas das plantações por várias pessoas da família ou da comunidade o proprietário da roça faz um grande almoço para todos após a roçada ou plantio. Buscava sempre proteger o direito dos mais jovens, incentivando-os a estudar e seguir um bom caminho para poderem defender o direito de seu povo; era um amigo de todos de crianças aos mais velhos, gostava muito de fazer roças e vender a colheita na cidade. Com a venda, comprava alguns alimentos que não plantava, além de ajudar algumas pessoas da comunidade que não tinham

condições nem de trabalhar nem de comprar alimentos. Foi uma pessoa tranquila não só como liderança, mas também como membro de sua comunidade.

4.6 Viagem a Brasília e o assassinato

Em abril de 1997, Wilson Jesus de Souza assume o cacicado do povo Pataxó Hãhãhãe. Wilson, então cacique na época, era sobrinho de Galdino, conta um pouco sobre as motivações da ida de Galdino a Brasília:

“Em 1997 eu era o cacique e tínhamos um planejamento de ocupação de 5 fazendas. Nessa época nós morava apenas no Caramuru ali, assim que tomei posse do cacicado planejamos as retomadas dessas fazendas que foram elas: fazenda Paraíso, Bom Jesus, São Sebastião, Nova Vida e Nova Vida 2. Na época nós tinha muita carência de água, e nossa luta era chegar nessa região do mundo novo porque tinha muita água ainda no rio Mundo Novo. Nessa época Galdino era uma das lideranças que acompanhava esses planejamentos nosso. Ai no início da semana do mês de abril, nós fizemos essas ocupações, ai nós tinha ganhado essa ação de manutenção de posse em 97, que nós tinha entrado na justiça, e já tinha uns 3 a 4 meses que nós tava brigando com a polícia federal e com a Funai, pra vim botar nós nessas 5 fazendas já que nois tinha...ganhado o direito de posse.

E ai foi quando um grupo de lideranças entre elas Galdino, nós liberamos um grupo de lideranças para ir a Brasília cobrar do ministro da justiça e da Funai que a polícia federal viesse colocar nós nessas 5 fazendas, e lá em Brasília já tinha um grupo de lideranças já aguardando, então esse grupo que foi daqui pra lá, se encontrou com esse grupo que foi.

E foi lutar no ministério da justiça e Funai a volta da nossa comunidade nessas áreas aqui. Ai foi quando aconteceu a festa da cidade de Brasília, a comemoração da emancipação de Brasília né, ai houve uma festa e Galdino foi pra essa festa, e quando retornou no hotel que os índios ficava tinha regras de quem chegar depois das 10 da noite não abria mais a porta né, foi o que aconteceu. Galdino chegou depois das 10, um pouquinho atrasado e a dona da pensão não abriu a porta da pensão e

Galdino foi dormir num ponto de ônibus na avenida W3 SUL que fica próximo a pensão mesmo. Foi quando aconteceu, os 5 jovens lá né de classe média alta colocou fogo nele dizendo que era um mendigo, ai foi quando aconteceu essa morte de Galdino ai em Brasília em plena luta pela terra né.

Ao retornar para a sepultamento do corpo de Galdino aqui na aldeia, veio junto com presidente da Funai alguns deputados, algumas autoridades, e aqui eu como cacique e as lideranças reunimos toda comunidade e nós impedimos essas autoridades de saírem sem antes a polícia federal colocar nós nessa terra né...foi o que nós fizemos né, após o sepultamento de Galdino, nós prendemos todos aqui na sede do posto e de lá nós se deslocamos de pé, aquela caravana de índios...né, até a fazenda Paraíso e daqui nós saímos ocupando as 5 fazendas que estava no processo de manutenção de posse né. O presidente da Funai ficou aqui mais nós durante 2 dias e ele só saiu daqui quando houve a garantia de segurança e a garantia da polícia federal permanecer aqui com nós pra dar segurança a nós aqui né. E foi assim que nós conseguimos ganhar essas 5 fazendas, e a partir daí a luta não parou, porque...a morte de Galdino foi uma morte que mobilizou as autoridades e o mundo inteiro. Saiu em vários jornais do Brasil e do mundo, virou notícia no mundo. Através dele nossa luta ficou reconhecida no Brasil e no mundo todo, e ai nós deu sequência nas ocupações 12 anos depois lá em 2009, 2010, 2011 2012 e assim não parou mais e isso forçou o Supremo Tribunal Federal a realizar o julgamento de nulidade de título da terra indígena Caramuru Catarina Paraguaçu por conta dessas ocupações que os índios fez e...no ano de 2012 praticamente já tinha concretizado todas as ocupações das fazendas que estavam dentro da terra Caramuru, então já não tinha quase fazendeiros invasores, isso fez com que o STF julgasse essa terra nossa no dia 2 de maio de 2012. Quando o STF julgou essa terra, ainda tinha uma região aqui com muitos fazendeiros, né, ou alguns fazendeiros, ai os índios só fizeram concretizar a desocupação do território deixando a terra praticamente sem invasores e ai a Funai só fez tomar algumas providências que foi levantamento das fazendas para pagar as benfeitorias e graças a deus algumas delas já estão pagas. Mas que a gente acha que esses fazendeiros não deveriam receber nada porque praticamente eles acabaram com a terra indígena né, a gente recebeu essa terra nua, sem matas, sem rios, as áreas que eram de mata fechada nós recebeu só o pasto, mais graças a deus nós estamos com nossa terra demarcada e regularização da terra e registrada em cartório. E então, nós conseguimos conquistar nossa terra através de muita luta e em grande parte pela visibilidade que o assassinato de Galdino teve. Assim

eles conheceram como era nosso sofrimento, fora que muitas outras lideranças morreram. pra nois ta aqui onde tamos hoje, até mesmo um irmão de Galdino que também morreu de forma horrível lutando por essa terra...” (Wilson Jesus de Souza, Entrevista realizada em 26 de julho de 2020.)

Palavras de Wilson hoje com 55 anos de idade atual chefe da Coordenação Técnica Local (CTL) Funai de Pau Brasil.

Wilson Jesus de Souza representou por muitos anos o povo Pataxó Hãhãhãe como cacique e liderança de algumas das grandes lideranças da comunidade. Hoje faz parte do quadro da FUNAI dentro da aldeia, exercendo o cargo de coordenador da CTL da aldeia. Também é sobrinho de Galdino, como cacique foi um grande guerreiro, em sua fala:

“Ao retornar para a sepultamento do corpo de Galdino aqui na aldeia, veio junto com presidente da Funai alguns deputados, algumas autoridades, e aqui eu como cacique e as lideranças reunimos toda comunidade e nós impedimos essas autoridades de saírem sem antes a polícia federal colocar nós nessa terra né...” trecho retirado da entrevista de Wilson.

Esse trecho me chamou a atenção pela força e determinação mesmo num momento tão difícil e delicado como dar forças a acalantar sua mãe e avós, além de sepultar o seu tio, pensou na comunidade e principalmente dar continuidade à luta do tio, já que ele foi assassinado em Brasília lutando pelos direitos de seu povo no tocante à demarcação do território, além também da comunidade ser forte e guerreira em manter dentro da aldeia autoridades tão importantes como as que estavam ali. Também destaco quando diz que a comunidade deve muito a Galdino, pois foi através de sua morte que conseguimos a ampliação e demarcação da terra, além do julgamento pelo STF da nulidade de títulos da terra indígena Caramuru devolvendo assim a posse e usufruto ao povo Pataxó Hãhãhãe, motivado em grande parte pela grande repercussão do assassinato do índio Galdino, além dos ministros conhecerem a história de lutas, sofrimento e resistência do povo.

4.7 Repercussão da morte de Galdino

Muitos jornais da época vincularam várias notícias sobre o assassinato de Galdino, dando diferentes notícias muitos sem conhecimento do verdadeiro motivo da ida de Galdino à Brasília e muitos sem o prévio conhecimento de luta do seu povo. Abaixo vemos alguns trechos de reportagens da época dando cobertura principalmente aos assassinos. Foram poucos as mídias que deram voz a parentes do líder indígena para expor sua dor e revolta.

Aqui vemos algumas reportagens da época do assassinato de Galdino, falando em si sobre os assassinos e com algumas informações das motivações que o levaram a ir a Brasília. Mas, as matérias não dão voz e nem destaque ao que o povo estava passando no território, as lutas, as várias lideranças assassinadas de formas brutais como a de Galdino; não mencionaram de forma clara e extensa as verdadeiras motivações daquelas lideranças estarem na capital federal, tinham outras lideranças juntamente com Galdino e quase nenhum veículo de comunicação deu voz a elas.

“Galdino havia saído de uma manifestação do Dia do Índio, na sede da Funai para a pensão onde estava hospedado. Um dos líderes da etnia HãHãHãe, da aldeia indígena Caramuru Catarina Paraguaçu, localizada no município de Pau Brasil (BA), defendia a demarcação das terras de seu povo, os Pataxó Hãhãhãe. Na madrugada de 20 de abril de 1997, cinco criminosos da alta classe de Brasília, Max Rogério Alves, Antônio Novely Vilanova, Tomás Oliveira de Almeida, Eron Chaves Oliveira e Gutemberg Nader Almeida Junior, que era menor de idade à época atearam fogo em Galdino enquanto ele dormia.



Figura 5 – Wikipédia

Galdino morreu horas depois em consequência das queimaduras. O crime causou protestos em todo o país.

O Julgamento

Em sua defesa, no julgamento realizado em 2001, os assassinos disseram que o objetivo era "dar um susto" em Galdino e fazer uma "brincadeira" para que ele se levantasse e corresse atrás deles. Alegaram, ainda, que chegaram a jogar fora na grama parte do álcool adquirido num posto de gasolina, por não ser necessária toda a quantidade comprada para dar o alegado "susto". Um dos rapazes disse à imprensa que ele e seus amigos haviam achado que Galdino era um mendigo e que, por isso, haviam decidido perpetrar o ato.

Os quatro acusados maiores de idade foram condenados a catorze anos por homicídio qualificado. Ao rapaz menor de idade foram aplicadas as sanções previstas no estatuto da criança e do adolescente, que prevê internação máxima de três anos, a qual pode ou não ser substituída por prestação de serviços à comunidade, conforme a interpretação do juiz.



Figura 6 – Wikipédia

Em agosto de 2004, foi concedido o livramento condicional aos quatro condenados. Esse benefício foi recepcionado pela opinião pública como um atestado do "caráter volúvel do Poder Judiciário frente à força político-econômica" e revoltou os familiares do índio assassinado. A mídia também noticiou a concessão do benefício, apesar de previsto em lei, como "certeza da impunidade" para um crime considerado hediondo pela legislação brasileira.

No ano de 2013, Gutemberg Nader Almeida Júnior - nome do menor -, tentou se tornar agente e escrivão da Polícia Civil de Goiás. Passou em todos os estágios —prova de conhecimentos, avaliação médica, teste de aptidão física, exame psicotécnico e prova de digitação — e só parou na última, exatamente a investigação de seu passado. Em Goiás, a reprovação ficou sob responsabilidade do Conselho Superior da Polícia Civil. “Nós sabemos desse caso. Temos conhecimento da situação. Foi feita uma análise ampla, profunda e criteriosa da vida dele por parte de nossa equipe. Ele não foi aceito por não apresentar conduta adequada para se tornar um policial civil de Goiás. A palavra final sobre a aprovação é do Conselho Superior da polícia, e o candidato não foi aceito”, explicou o delegado Norton Luiz Ferreira, chefe da comunicação social da corporação.

Em 2014, Gutemberg Nader Almeida Júnior foi aprovado em um concurso para a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF). Após o vazamento da informação na mídia, a PCDF lançou uma nota informando que o candidato não será incorporado ao grupo por ter sido reprovado na etapa de avaliação da vida pregressa e idoneidade moral.

Nesses trechos vemos o descaso do judiciário brasileiro com a vida e com os familiares do índio queimado vivo, alguns poucos anos após cometerem crime tão bárbaro, estavam gozando da liberdade e das regalias que seus altos padrões de vida lhes ofereciam, essas notícias de benéficos aos assassinos chocaram a sociedade e principalmente a comunidade indígena brasileira e local, a família de Galdino ficaram todos indignados com as constantes decisões da justiça em abrandar ou afrouxar as penas dos condenados, para os familiares o que foi uma vitória no tribunal, acabou se tornando uma grande decepção da justiça, ao ver todos os condenados ganhando a liberdade e levando suas vidas como se eles não tivessem destruído uma nação inteira, como se eles não tivessem deixado um país em choque por tamanha barbárie.

A pena máxima para esse crime é de 12 anos e a legislação permite o cumprimento de um sexto, ou seja, dois anos, para a obtenção de benefícios. Eles estão presos há quatro anos e meio.

Os garotos foram presos minutos após o crime e confessaram o crime. Os maiores Max Rogério Alves, Antônio Novely Cardoso de Vilanova, Tomás Oliveira de Almeida e Eron Chaves de Oliveira, na época com 19 anos aguardaram o julgamento presos. Vilanova é filho de juiz federal em Brasília, que semanalmente o visitava.

O menor que inicialmente havia sido condenado a três anos de reclusão em centro de recuperação, foi liberado por decisão do Tribunal de Justiça. Ele pôde usufruir de 'liberdade assistida' após 144 dias de internação.

Os maiores foram indiciados acusados de homicídio triplamente quadruplicado, mas a juíza do Tribunal do Júri de Brasília, Sandra de Santis Mello, mulher do presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Marco Aurélio de Mello, em decisão polêmica em agosto de 1997, desqualificou o crime como homicídio doloso e sinalizou o julgamento por lesão corporal seguida de morte. A decisão foi cassada.

O Pataxó Hãhãhãe morreu às 2h do dia 21 de abril de 97. Segundo o IML, ele teve 95% do corpo queimado. Durante interrogatório, três dos quatro acusados disseram ter tirado a idéia da 'brincadeira' de uma pegadinha exibida pela TV. Ao ser interrogados pela juíza Leila Cury, em 21 de maio, eles contaram basicamente a mesma história, com algumas contradições. Na noite de sábado, 19 de abril, disseram ter ido à lanchonete Sky's e depois resolveram dar uma volta.

Todos disseram que foram a um posto de gasolina, compraram dois litros de álcool combustível e se dirigiram ao ponto de ônibus onde o pataxó dormia.

Eles afirmaram que o menor não os tinha acompanhado até o ponto. Em depoimento, depois, o menor admitiu que a morte de Galdino havia sido premeditada e que tinha ajudado a jogar álcool no índio e a riscar os fósforos.

Os acusados se disseram arrependidos de terem feito a 'brincadeira' e que não tinham a intenção de matar ou ferir.

A morte de Galdino deflagrou uma onda de retomadas de fazendas localizadas dentro do território indígena caramuru por parte dos indígenas da aldeia em Pau Brasil. Os pataxós Hãhãhãe exigiam a demarcação imediata de suas terras e a condenação dos assassinos do líder.

Desde o fim do inquérito policial, o procurador da República Luís Wanderley Gazoto requereu a transferência do caso para a Justiça Federal, alegando que o índio está sob tutela da União.

Em 14 de maio, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu que a Justiça comum é a competente para o julgamento. Em 12 de agosto, a juíza Sandra classificou o crime como lesão corporal seguida de morte, o que permite o julgamento por juiz criminal.” (Trechos retiradas do **Wikipédia, a enciclopédia livre**)

Todos os assassinos foram condenados. Mas, logo após inúmeros recursos de seus advogados, obtiveram o gozo da liberdade tão logo após cometerem tamanha barbárie. Com o passar dos dias o crime foi caindo no esquecimento da mídia e sociedade. Hoje os assassinos vivem como se nada tivesse acontecido em seus passados; não lembram mais que destruíram uma família, uma comunidade inteira.

Hoje, 23 anos após cometerem o crime, todos os assassinos levam uma vida tranquila que suas classes sociais podem oferecer como mostra a reportagem publicada no Metrôples em 24/04/2017, às 05:21, atualizada 20/04/2017 às 20:30

ONU denuncia mortes de indígenas no Brasil e pede medidas urgentes

“O evento também será um ato de repúdio. Duas décadas após o crime, a família de Galdino está bastante reduzida. A mãe morreu de desgosto, há cerca de 10 anos. Os três filhos cresceram sem pai, e enfrentaram muitas dificuldades. Por sua vez, os assassinos de Galdino estão livres; já não devem nada à Justiça. Cumpriram suas penas (inclusive com direito a várias regalias) e reconstruíram a vida.

Dos cinco, quatro são servidores públicos. O quinto formou-se em direito e hoje integra a equipe de um importante escritório advocatício da cidade.

Como foram condenados por crime hediondo, os quatro adultos deveriam cumprir pelo menos um sexto da pena antes de terem direito à liberdade. No entanto, em 2002, a 1ª Turma Criminal do TJDFR concedeu aos acusados benefícios que os permitiam estudar fora da penitenciária e prestar expediente em órgãos públicos.

A determinação judicial previa que os condenados voltassem à cadeia logo após o expediente, mas não era isso que acontecia. Em 2003, três deles foram flagrados bebendo em um bar antes de voltarem à Papuda, dirigindo os próprios carros e sem passarem por revista. No ano seguinte, todos conseguiram direito à liberdade condicional e passaram a cumprir o resto da pena já nas ruas, apenas com algumas restrições.



Figura 7 - Antônio Novély Cardoso Vilanova deixa o camburão, em 7 de novembro de 2001



Figura 8 - Thomáz Oliveira de Almeida e Antônio Novély Cardoso Vilanova, dois dos quatro condenados pelo assassinato do Galdino Jesus dos Santos

Os réus

Vinte anos após o crime, os cinco responsáveis pela morte de Galdino Jesus dos Santos parecem ter conseguido reconstruir a vida. Max Rogério Alves, Tomás Oliveira de Almeida, Antônio Novély Vilanova, Eron

Chaves de Oliveira e o acusado que à época tinha 17 anos agora são homens de meia-idade. Nos últimos anos, todos foram aprovados em concursos e quatro trabalham em órgãos da administração pública. Apenas um não mora mais na capital federal. Os outros permanecem em Brasília e levam a vida como se o homicídio do indígena fosse uma memória distante do passado.

Primeiro a ser julgado pelo crime, o adolescente de 17 anos hoje tem 37. Irmão de Tomás Oliveira de Almeida e primo de Eron Chaves de Oliveira, o réu foi aprovado em um concurso para agente da Polícia Civil do DF, em 2014. Passou por todas as etapas até chegar à análise de vida pregressa. Nesse momento, a morte de Galdino teve peso e a candidatura foi barrada pela corporação. O homem questionou a decisão na Justiça e chegou a levar o caso ao STJ, mas a determinação foi mantida.

*Mesmo com a negativa da PCDF, o desejo do acusado de integrar uma força de segurança não chegou ao fim. No ano passado, ele foi aprovado em um concurso da Polícia Rodoviária Federal e hoje é agente da corporação, lotado em Cuiabá (MT). Atuando desde novembro de 2016, ele recebe atualmente remuneração bruta de R\$ 9 mil. O **Metrópoles** acionou a PRF para pedir esclarecimentos sobre o exame de vida pregressa do rapaz, mas a corporação não havia respondido até a última atualização desta reportagem.*

Irmão do então adolescente, Tomás Oliveira de Almeida, 38, foi um dos quatro condenados a 14 anos de reclusão por homicídio qualificado. À época do crime, cursava o primeiro ano de administração. Também aprovado em concurso público, Tomás é hoje técnico legislativo no Senado Federal e recebe, a cada mês, um salário bruto de mais de R\$ 18 mil.



Figura 9 - Eron Chaves de Oliveira, um dos cinco condenados pela morte do índio Galdino

Eron Chaves de Oliveira, 39 anos, primo dos dois, também decidiu seguir carreira na administração pública. No dia do crime, ele e o adolescente de 17 anos foram os responsáveis por derramar combustível no corpo de Galdino. Desde 2013, Eron é agente do Departamento de Trânsito do DF (Detran-DF). Ele foi aprovado em concurso dentro das vagas reservadas a portadores de necessidade especiais. Segundo a banca responsável pela organização do certame, a deficiência foi comprovada.

Hoje, ele recebe salário de aproximadamente R\$ 9 mil. Formado em direito por uma universidade particular de Brasília, Eron também atuou na profissão por alguns anos. No entanto, parou de advogar depois que uma emenda constitucional proibiu o acúmulo de funções de advocacia para integrantes de forças de segurança pública, em 2014.

O quarto condenado é Antônio Novély Cardoso de Vilanova, filho do desembargador federal Novély Vilanova. À época do crime, ele tinha 19 anos e foi um dos que atearam fogo ao corpo de Galdino. Nos anos seguintes à saída da prisão, formou-se em fisioterapia pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub) e hoje é servidor da Secretaria de Saúde do DF, lotado no Hospital Regional de Santa Maria. Por mês, ele tem uma média salarial de R\$ 12 mil.



Figura 10 - Max Rogério Alves, um dos cinco condenados pela morte do índio Galdino

Max Rogério Alves em 2015, a distrital Celina Leão (PDT) apresentou um requerimento na Câmara Legislativa em que pedia a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Interesses dos Indígenas Habitantes no Território do DF. Em seu discurso, a deputada citou o caso de Galdino como o mais emblemático de violência contra essa população.

Por ironia do destino, quase dois anos depois a parlamentar precisou de quem a defendesse. No epicentro do escândalo da Drácon, contratou um dos mais reconhecidos escritórios de advocacia na cidade,

liderado pelo criminalista Eduardo Toledo. Na equipe dele está Max Rogério Alves, o quinto condenado pelo homicídio do indígena. O que poderia ser um constrangimento é, na visão do empregador, um motivo de orgulho. Para o experiente advogado, Max está “completamente reabilitado”.

O Max cumpriu a pena. Como advogado, entendo que a função principal da pena criminal é a reabilitação para o convívio social. E ele é um profissional competente, respeitoso no trato com todos.

Eduardo Toledo, chefe do escritório de advocacia onde Max Rogério Alves trabalha

Max está no escritório do criminalista há pouco mais de um ano. Mas o caminho das famílias se cruzou há duas décadas, na época do julgamento do então estudante. Quando o caso subiu para o STJ, o pai de Eduardo Toledo, Francisco de Assis Toledo, era ministro da Corte. Na ocasião, seu voto foi no sentido de que o crime deveria ser tipificado como homicídio culposo e não lesão corporal seguida de morte.

O **Metrópoles** entrou em contato com Max Rogério Alves, mas ele não quis comentar o caso. A reportagem também tentou contatar Eron Chaves de Oliveira, Antônio Novély Cardoso de Vilanova e o homem que, à época do crime, era menor de idade. No entanto, não houve sucesso. Tomás Oliveira de Almeida não foi encontrado.

Família

A morte de Galdino deixou sequelas na tribo pataxó-hã-hã-hãe, situada no município de Pau Brasil, ao sul da Bahia. Hoje, o representante da família é Wilson de Jesus, 52 anos, sobrinho do índio assassinado e que estará presente durante as homenagens desta quinta-feira (20). O parente afirma que, após o crime, a viúva de Galdino, Genilda Rosa Campos, ficou “desamparada” e teve de lutar para cuidar dos três filhos do casal.

A mãe do indígena, Minervina de Souza, que fez apelos fervorosos durante o julgamento dos cinco acusados, morreu há cerca de 10 anos. De acordo com Wilson de Jesus, ela não resistiu ao desgosto pelo óbito do filho: “Estava tão traumatizada com a morte do Galdino que ficou doente e nunca mais conseguiu recuperar a saúde”, conta. O pai dele, Juvenal Rodrigues, também morreu.



Figura 11 - Fotografia do índio Galdino Jesus dos Santos é vista durante protesto contra a impunidade realizado por indígenas na Esplanada dos Ministérios, em 19 de abril de 2001



Figura 12 - Em 8/11/2001, a índia pataxó Marilene Jesus dos Santos chora ao mostrar fotos do laudo de seu irmão, Galdino, durante protesto no terceiro dia do julgamento dos acusados do assassinato

mesmo após 20 anos, segundo Wilson, o caso ainda é lembrado na tribo. “Até hoje é uma perda que não conseguimos nem imaginar. A gente fica revoltado e não consegue esquecer. Ele morreu de uma forma que não se deseja a nenhum inimigo”, diz.

Sobre a condenação dos cinco responsáveis pelo homicídio, Wilson de Jesus acredita que não tenha sido justa.

“Eles ficaram presos por pouco tempo, hoje já têm empregos. Conseguiram reconstruir a vida, mas para a família foi bem mais difícil. Pelo menos eles

pagaram de alguma forma e não ficaram impunes.” Wilson de Jesus, sobrinho de Galdino Jesus dos Santos (Metróples em 24/04/2017, às 05:21, atualizada 20/04/2017 às 20:30)

Galdino morreu na madrugada do dia 21 de abril de 1997, vítima de homicídio com 95% do corpo queimado.

A mídia, em sua maioria, escancarou a injustiça e sentimento de impunidade e pouco caso que este assassinato teve da justiça, mesmo estando estampado da mídia por vários dias. Aos familiares só restou o sentimento de revolta e dor principalmente em ver todos os assassinos ganhando liberdade poucos anos após tamanha crueldade, como relata Marilene, irmã de Galdino:

“Injustiça o que eles fizeram ainda mais a justiça não ter feito a justiça, meus pais sofreram com a perda de Galdino, sofreram também em ver os assassinos sendo soltos um por um sem terem pagado pela crueldade e sofrimento causado a toda nossa família e comunidade Pataxó Hãhãhãe”
(Relato de Marilene Jesus dos santos, em 20 de abril de 2020.)

Esse crime cruel foi mais um entre os milhares que ocorreu na década de 1997. Abaixo, pode-se perceber através dos dados de homicídios no Brasil daquele ano que houve um número significativo de homicídios forma mais de 40 mil. O assassinado de Galdino foi mais um entre esses números gigantescos, todos das mais diversas formas e alimentados pelo sentimento de impunidade, como ocorrido com os assassinos do índio Galdino:

“Na década 1997/2007, o número total de homicídios registrados pelo SIM passou de 40.507 para 47.707, o que representa um incremento de 17,8%, pouco inferior ao incremento populacional do período que, segundo estimativas oficiais, foi de 18,6%. No Gráfico a seguir pode ser visto que o número de homicídios cresceu sistemática e significativamente até o ano de 2003, com incrementos elevados: em torno de 5% ao ano. Já em 2004, essa tendência se reverte, quando o número de homicídios cai 5,2% em relação a 2003. Essa queda – como veremos mais adiante – pode ser atribuída às políticas de desarmamento desenvolvidas a partir de 2003. Gráfico 3.1.1. Evolução do Número de Homicídios. Brasil, 1997/2007”
(Fonte: SIM/SVS/MS)

Esses números da violência no Brasil daquele ano representam bem a realidade vivida por muitas famílias daquela época. Galdino foi mais um na triste estatística dos assassinatos, mais de 40 mil pessoas deixaram de viver por decisão de pessoas que não têm poder de decidir sobre quem vive ou morre, muitas dessas pessoas inocentes, com família para cuidar, com comunidade esperando uma boa notícia, quantos outros líderes não só indígenas, mas de demais grupos não foram assassinados lutando por direitos de suas organizações, em defesa de causas tão importantes para todos. Os números de assassinatos de líderes indígenas nos últimos anos não mudaram tanto assim, 2019 marca como o ano de maior registro de líderes indígenas mortos dos últimos anos, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) publicados do portal de notícias g1 em 10/12/2019:

“O número de lideranças indígenas mortas em conflitos no campo em 2019 foi o maior em pelo menos 11 anos, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgados nesta segunda-feira (9). Foram 7 mortes em 2019, contra 2 mortes em 2018. Os dados deste ano são preliminares: o balanço final só será feito em abril do próximo ano. Ao menos 27 pessoas já morreram por esse motivo em 2019. Ainda que parcial, o número deste ano já é quase igual ao do ano passado, quando ocorreram 28 mortes. Em 2019, o grupo que teve maior número de vítimas foi o de lideranças indígenas”.

Assim aconteceu com Galdino Jesus dos Santos que foi lhes tirado a vida aos 45 anos de idade, em pleno auge da luta pela terra, em pleno crescimento de suas filhas, pouco mais de 10 anos antes do brutal assassinato de seu irmão também liderança. Os dois se tornaram ícones de luta para todos os povos indígenas do Brasil.

Hoje, a lembrança do assassinato está marcada nas memórias dos indígenas do Brasil e da sociedade, além de memorial físico na cidade onde foi morto.

Alguns trabalhos acadêmicos foram feitos em sua memória, muitas dissertações de mestrados, doutorados e licenciaturas com bastante relevância para todos os familiares da índio e da comunidade, como foi a dissertação de mestrado de Rodrigo Piubelli intitulado *“Memórias e Imagens em Torno do Índio Pataxó Hãhãhãe Galdino Jesus dos Santos (1997 a 2012)”*, dissertação de mestrado apresentada a Universidade de Brasília (UNB). Destaca a importância da visibilidade

da morte de Galdino para a conquista do território dos Pataxós Hãhãhãe e demais povos:

“Sendo assim, a presença dos pataxós hãhãhãe na capital federal está ligada a uma pauta específica: a questão da luta pela posse da terra e, em especial, a sua demarcação pelo Estado brasileiro. Estas são questões de longo tempo não solucionadas, e que têm produzido um rastro de miséria e morte para os povos indígenas, de modo especial para os grupos que sobrevivem no sul da Bahia, como destaca matéria veiculada à época:”

“O assassinato do índio pataxó hãhãhãe Galdino Jesus dos Santos na capital federal pelos jovens de classe média acabou permitindo que as demandas dos povos indígenas ganhassem importância no debate político nacional. Sem dúvida, a morte de Galdino não foi provocada por questões fundiárias no sul da Bahia, mas a demanda defendida por seu povo ganhou significativa relevância e visibilidade. Tanto que acabou sendo destacada por diversos jornais:”

Outras matérias feitas, tiveram grande importância e deram mais visibilidade e voz aos povos indígenas, a Hemeroteca Indígena traz uma série de recortes de reportagens e fatos históricos não só do assassinato de Galdino, mas também casos históricos envolvendo conflitos de outros povos:





Rafael Xucuru Kariri destaca a importância de pessoas como Galdino para a sociedade, destacando-o como um dos grandes mestres nordestinos:

“Quando pensamos na ideia de Mestras e Mestres do Mundo, pensamos em sujeitos que se destacaram por alguma obra em livros, textos, filmes, pinturas, enfim, alguém que produziu saber por uma narrativa escrita ou imagética, acrescentando algo para as diversas histórias da humanidade. Mas, e aqueles homens e mulheres sem obras? Como falar de alguém que só deixou o corpo, o rastro e a memória? O que dizer das práticas políticas orais dos sem teto, dos quilombolas, dos sem-terra, dos ribeirinhos e das mulheres camponesas? Como pensar os exercícios estéticos das mulheres rendeiras e dos artesãos? E as lideranças indígenas que não deixaram uma obra escrita sobre o seu pensamento, sobre suas vidas?”*

No mesmo texto descreve a morte de Galdino como algo impactante na sociedade em geral, fazendo assim a pauta indígena ganhar notoriedade:

“Foi essa tragédia que tornou Galdino conhecido no mundo dos brancos como o ‘índio’ que foi queimado vivo; foi essa tragédia que também fez o ‘índio’ retornar, no final da década de 1990, ao discurso mediático dos brancos. Nesse caso, a condição do retorno foi a morte trágica, como um fim em si, motivo de comoção e lamento. Para nós, indígenas, entendendo a comoção e o lamento, temos outras nomenclaturas possíveis que podem

renomear Galdino, não apenas como ‘o índio morto pelo branco’, mas como corpo vivo, coletivo, constituinte do histórico cenário das lutas dos povos indígenas no Brasil, e agenciador do seu porvir.”

O jornal Diário de Pernambuco em sua reportagem publicada em 19/04/2017 às 07:35 atualizado em 19/04/2017 às 11:52, traz algo sobre esse memorial, além de noticiar sobre os fatos ocorridos à época com algumas ressalvas, Galdino não era cacique e sim liderança de seu povo.

DIÁRIO de PERNAMBUCO

“Dia do Índio Vinte anos depois da morte de Galdino, indígenas ainda sofrem com violência No Dia do Índio, relembramos a trajetória do cacique que veio à capital em busca de dias melhores para o seu povo (Publicado em: 19/04/2017 07:35 Atualizado em: 19/04/2017 11:52)

O local onde Galdino foi assassinado ganhou um monumento.



Foto: Carlos Vieira/Esp CB/D.A Press

21 de abril de 1997, hora do pôr do sol na Amazônia, na região Sul da mata. A indígena Pataxó Hã-hã-hãe Marilene Jesus dos Santos, à época com 33 anos, aproveitava o final da tarde para arrancar mandioca do solo. Enquanto realizava o trabalho solitário, observou no horizonte um funcionário da Fundação Nacional do Índio (Funai) vindo na sua direção. O rapaz despejou as palavras tão rápido quanto tinha corrido para avisar. A notícia vinha de longe. Da capital do país. O irmão Galdino Jesus dos Santos, 44, tinha sido queimado vivo por quatro jovens de classe média e um menor, enquanto dormia em uma parada de ônibus da W3, em Brasília. Hoje, no Dia do Índio, um dia antes de completar 20 anos do crime que marcou a cidade, o caso, infelizmente, é só mais um número nos índices de violência contra essas comunidades tradicionais.

Um dos 12 filhos do casal de Pataxós Juvenal e Minerva, Galdino não foi o primeiro dos irmãos a morrer devido a conflitos com o homem branco. O primeiro, João Cravin, foi vítima, em 1986, de um tiro dado por um fazendeiro próximo à aldeia Caramuru-Catarina-Paraguaçu, na qual a família morava, no sul da Bahia. Galdino chegou ao território candango em 19 de abril de 1997, acompanhado de outros oito indígenas. O cacique veio negociar com a Funai a demarcação das terras dos povos nativos. No dia seguinte, celebrava com companheiros o Dia do Índio, quando, por volta da meia-noite, deixou a festa para retornar à pensão em que estava hospedado, na 703 Sul. De acordo com o que um primo do líder dos Pataxós revelou ao Correio na época, Galdino se perdeu no caminho de volta e chegou ao dormitório às 3h. “A dona da pensão disse que ele não poderia entrar mais, porque as portas ficavam abertas somente até as 21h.”

Sem ter para onde ir, o cacique caminhou até uma parada de ônibus perto da pensão, deitou no banco e pegou no sono. Após uma noite, os amigos Antônio Novely Vilanova, à época com 19 anos, Max Rogério Alves, 19, Tomás Oliveira de Almeida, 19, Eron Chaves Oliveira, 18 e G.A.J., 17, observaram a cena e, como relataram na ocasião, resolveram dar um susto no homem deitado, fazer uma “brincadeira” Segundo Boletim de Ocorrência registrado na 1ª Delegacia de Polícia (Asa Sul), Eron foi quem derramou álcool sobre o corpo de Galdino. Cada um dos cinco riscou um fósforo e ateou fogo. O indígena chegou a ser levado para o hospital, mas acabou morrendo por insuficiência renal e respiratória ocasionadas por queimaduras de 2º e 3º graus em 95% do corpo. Os jovens foram condenados a 14 anos de prisão pelo crime de homicídio qualificado.

Para Marilene, a chegada da data é sempre um martírio para a família. “Toda vez que vai chegando perto desse dia, é uma sensação horrível. A ferida se abre de novo, renova o machucado. Com a morte do meu irmão, eu tive que ser forte. Voltei para a aldeia, assumi a liderança no lugar dele. De onde ele estiver, estará orgulhoso.” A mulher comenta que toda vez que alguém do seu povo precisa vir a Brasília, a aflição a atormenta novamente. “Eu só fui à capital no julgamento dos agressores. Se depender de mim, não volto nunca mais.”

Crítica

Para a antropóloga responsável pelo relatório de Violência contra os Povos Indígenas, Lúcia Rangel, a morte do Galdino é o espelho do que acontece no Brasil. “Aqui é um país em que a violência vem de cima para baixo, na qual só o pobre leva a culpa. Em que lugar você está andando na rua, vê um ‘mendigo’, resolve atear fogo e diz que é uma brincadeira?”, critica. A especialista reforça a ideia de que o indígena estava na cidade para lutar pela demarcação da terra da comunidade tradicional. “A luta dos Pataxós é longa e até hoje não terminou. Galdino não estava naquele momento em confronto direto, mas era parte dessa luta. Como foi por isso que foi parar em Brasília, ele morreu por essa luta.”

Após duas décadas, os envolvidos no crime já cumpriram a pena e foram soltos. Atualmente, Eron Chaves Oliveira é servidor público, depois de ter passado em um concurso em 2014. G.N.J., que era menor na época, foi aprovado em concurso público da Polícia Civil do DF, mas não pôde assumir por não ter sido recomendado na sindicância de vida pregressa e social. A reportagem tentou localizar, sem sucesso, os outros três homens.

Programe-se

Ato Inter-religioso em memória de Galdino Pataxó Hã-hã-hãe

Quando: amanhã, às 18h

Onde: Praça do Compromisso, entre as Quadras 703 e 704 da Asa Sul

Como: o ato contará com apresentações culturais, depoimentos de lideranças da causa indígena e caminhada.”

Em sua homenagem foi feita uma exposição de fotografias de Galdino, família e membros da comunidade na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) através do apoio da Pró-reitora de Assuntos Estudantis (PRAE), essa exposição feita em 12 de outubro de 2018, teve bastante visibilidade e

boa aceitação por parte dos visitantes, através deste evento muitas pessoas passaram a conhecer a verdadeira história de Galdino e de sua comunidade além de dar visibilidade aos povos indígenas dentro da universidade, além de alcançar o objetivo principal seria fazer com que as pessoas conhecessem um pouco a história de luta de Galdino..



Figura 13 - acervo pessoal

Fotografias, banners e vídeos ficaram expostos para o público universitário e não universitário durante alguns dias na Faculdade de Educação da UFMG.



Figura 14 - acervo pessoal



Figura 15 - acervo pessoal

No fim, toda a luta de Galdino baseou-se em dedicação e esperança de dias melhores para sua família e comunidade. Morreu em prol de uma ideia, de um sonho, que não conseguiu ver, mas realizou-se, graças a sua perseverança e espírito de liderança. Hoje seus familiares e comunidade vivem num território livre de ameaças, demarcado e se recuperando das terríveis degradações sofridas pelos fazendeiros invasores que o viam apenas para enriquecimento. Hoje o indígena anda junto com a preservação do que ainda existia, além de reflorestamento e preservação das nascentes dos rios que antigamente estavam mortos. Galdino morreu, mas ainda permanecesse vivo em nossas memórias através de suas conquistas, lutas e exemplo de pessoa. Passados mais de 23 anos após seu assassinato, muitas homenagens foram feitas em sua memória, muitas conquistas de seu povo foram ganhas, a principal delas, o território demarcado, homologado, julgado e registrado em cartório, um dos grandes objetivos de Galdino enquanto fora liderança, foi assassinado não dentro da terra, mas morreu em combate, em prol de uma causa grandiosa, que era a reconquista e posse em definitivo de suas terras.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, Pedro e PAIXÃO, Ana. **Vinte anos após o crime, assassinos de Galdino reconstroem a vida.** Jornal Metrôpoles, Distrito Federal. Publicado em: 20/04/ 2017 Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/justica-distrito-federal/vinte-anos-apos-o-crime-assassinos-de-galdino-reconstroem-a-vida?amp>

IGLÉSIO, Jesus: **Pataxó HãHãHãe e Kariri Sapuiá Galdino Pataxó e Outras histórias indígenas.** IFBA - Curso de Licenciatura Intercultural Indígena.

JESUS, Edilson. **Juvenal e Minervina: depositários da história e resistência dos Pataxó Hãhãhãe (1926-2001).** IFBA - Curso de Licenciatura Intercultural Indígena.

MOTA, Andrea. **Selvageria contra o índio envergonha todo o país.** Correio Braziliense, Brasília. Publicado em: 21/04/1997. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/03/02/interna_cidade_sdf,830446/selvageria-contra-o-indio-envergonha-todo-o-pais.shtml

Galdino Jesus dos Santos. Wikipédia. Acesso em 24/09/2020. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Galdino_Jesus_dos_Santos

Vinte anos depois da morte de Galdino, indígenas ainda sofrem com violência.
 Diário de Pernambuco. Publicado em: 19/04/2017. Disponível em:
<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/brasil/2017/04/vinte-anos-depois-da-morte-de-galdino-indigenas-ainda-sofrem-com-viol.html>

Galdino Jesus dos Santos, Origem:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Galdino_Jesus_dos_Santos

FIQUEIREDO, Patrícia. **Número de mortes de lideranças indígenas em 2019 é o maior em pelo menos 11 anos, diz Pastoral da Terra.** Publicado em 10/12/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/12/10/mortes-de-liderancas-indigenas-batem-recorde-em-2019-diz-pastoral-da-terra.ghtml>
<https://www.ufmg.br/prae/a-prae/destaques-da-prae/20-anos-do-assassinato-de-galdino-pataxo-ha-ha-hae-na-visao-de-sua-comunidade>

PIUBELLI, Rodrigo. **Memórias e imagens em torno do índio Pataxó Hãhãhãe Galdino Jesus dos Santos (1997 a 2012).** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS do Instituto de Ciências Humanas – IH, da Universidade de Brasília – UnB. Em 2012
file:///C:/Users/Harian/Desktop/tcc%202020/galdino%202012_RodrigoPiubelli.pdf
<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HemeroIndio&pagfis=270>

Rafael Xucuru Kariri: Galdino Pataxó Hã Hã Hãe (Publicado em 2020-05-18)
https://alice.ces.uc.pt/mestrxs/?id=27696&pag=23918&id_lingua=1&entry=29585